

ILUSTRÍSSIMO SR. PREGOEIRO/AGENTE DE CONTRATAÇÃO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE

PREGÃO ELETRÔNICO N. 90010/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de mão de obra de apoio administrativo em nível superior nas áreas de Direito e Contabilidade.

ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado já qualificada na licitação em epígrafe, por sua representante legal adiante assinada, vem, respeitosamente, perante V. Sa., com fulcro no art. 165 da Lei n. 14.133/21 e item 15 do edital, interpor o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da sua desclassificação no **PREGÃO ELETRÔNICO N. 90010/2025** instaurado pelo **FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE**, pelas razões de fato e de direito expostas a seguir.

Outrossim, requer o conhecimento e a procedência do presente recurso.

1. SÍNTESE DOS FATOS

○ FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE

instaurou licitação na modalidade pregão eletrônico n. 90010/2025 para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de mão de obra de apoio administrativo em nível superior nas áreas de Direito e Contabilidade, conforme quadro descritivo abaixo:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO DO POSTO	VALOR MENSAL TOTAL	VALOR GLOBAL
1	1	Bacharel em Direito	25615	posto	63	R\$ 14.076,29	R\$ 886.806,27	R\$ 10.641.675,24
	2	Bacharel em Contabilidade	760	posto	36	R\$ 13.070,73	R\$ 470.546,28	R\$ 5.646.555,36
TOTAL							R\$ 1.357.352,55	R\$ 16.288.230,60

Após a fase competitiva do certame, a empresa recorrente foi sumariamente desclassificada, sem qualquer oportunidade de ajuste, em razão do valor alocado para o vale-alimentação na planilha de custos e formação de preços.

Ocorre, douta administração, que houve manifesta ofensa ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa para administração e da vinculação ao instrumento convocatório, notadamente porque o edital prevê a realização de diligências para o saneamento de eventuais erros nas planilhas.

Além disso, o edital é taxativo ao determinar a exclusão das propostas apenas se a planilha contiver valores de benefícios de natureza trabalhista inferiores aos orçados pela administração, o que, evidentemente não ocorreu, conforme será demonstrado a seguir.

Passamos às razões do competente recurso.

2. MÉRITO

Desclassificação ilegal da empresa recorrente

Conforme rapidamente pincelado na síntese fática, a empresa recorrente foi desclassificada sumariamente sem qualquer oportunidade de correção das planilhas através de diligências.

Se o entendimento da administração era a obrigatoriedade de correção do valor do vale-alimentação – que, destaca-se desde já, corresponde ao mesmo valor estimado pela administração na planilha estimativa do edital -, era dever do órgão oportunizar esta recorrente a correção das planilhas conforme previsão do item 8.12 do edital, *in verbis*: 8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

E, ainda: 8.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

Além disso, é importante repisar que o valor alocado por esta recorrente a título de vale-alimentação (R\$ 39,23) é o mesmo previsto pela administração na sua planilha estimativa:

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.				
2.3	Benefícios Mensais e Diários	Dias	Valor/dia	Valor (R\$)
A	Transporte	22	R\$ 11,00	R\$ -
B	Auxílio- Refeição/ Alimentação (Vales, Cestas básicas, etc)	22	R\$ 39,23	R\$ 863,06

Dessa forma, conforme exposto alhures, o edital só determina que não serão aceitas propostas que prevejam, na planilha de custos e formação de preços, **valores inferiores aos orçados pela administração**, referentes aos benefícios de natureza trabalhista e/ou social (item 6.13.2).

Considerando que esta recorrente alocou exatamente o mesmo valor previsto pela administração na planilha modelo, absolutamente reprovável a desclassificação sumária desta recorrente.

Neste sentido, o § 2º do art. 59 da Lei n. 14.133/21 expressamente assegura a realização de diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

Sendo assim, em que pese constar no edital uma faculdade do agente de contratação, os tribunais enfrentam há muito tempo a realização de diligências como um dever do agente público.

Trata-se, portanto, de poder-dever e não mera faculdade da administração, conforme se observa nas ementas dos julgados carreados abaixo:

APELAÇÃO CÍVEL E REMESSA NECESSÁRIA – MANDADO DE SEGURANÇA – LICITAÇÃO PARA A AQUISIÇÃO DE MICROSCÓPIO PARA NEUROCIRURGIA 3D COM UNIDADE DE GRAVAÇÃO PARA ATENDER A DEMANDA DO HOSPITAL DE REABILITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO DE ÂMBITO INTERNACIONAL Nº 409/2020 DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SESA DO ESTADO DO PARANÁ – DESCLASSIFICAÇÃO DA IMPETRANTE LICITANTE POR DIVERGÊNCIA QUE JÁ FOI ESCLARECIDA TEMPESTIVAMENTE – **PODER/DEVER DA ADMINISTRAÇÃO DE PROMOVER DILIGÊNCIAS DESTINADAS A ESCLARECER OU A COMPLEMENTAR A INSTRUÇÃO DO PROCESSO (ART. 43, § 3º, LEI 8.666/93) E/OU ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS OU MANIFESTOS ERROS MATERIAIS (ART. 85, §3º, Lei Estadual nº 15.608/2007) – EXCESSO DE FORMALISMO QUE SE FOR CHANCELADO, ACARRETERÁ O DETRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DA EFICIÊNCIA E DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA À ADMINISTRAÇÃO** – PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO QUE DEVE SER INTERPRETADO E PONDERADO SOB À ÓTICA DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE – RECURSO DE APELAÇÃO DESPROVIDO – SENTENÇA CONFIRMADA, INCLUSIVE, EM SEDE DE REEXAME

NECESSÁRIO. (TJPR - 5ª Câmara Cível - 0007712-13.2020.8.16.0004 - Curitiba - Rel.: DESEMBARGADOR RENATO BRAGA BETTEGA - J. 02.05.2023)

APELAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO. DISCUSSÃO SOBRE SUPOSTOS VÍCIOS NA HABILITAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA. DEFICIÊNCIA NA DOCUMENTAÇÃO E NA COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICA. SENTENÇA DENEGATÓRIA DA SEGURANÇA. INSURGÊNCIA DA PARTE IMPETRANTE. "CERTIDÃO DE REGISTROS CADASTRADOS NO SISTEMA EPROC" NÃO APRESENTADA. VÍCIO SUPRIDO POR DILIGÊNCIA REALIZADA PELA AUTORIDADE LICITANTE. COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO. POSSIBILIDADE. EXEGESE DO ART. 43, § 3º, DA LEI Nº 8.666/1993. ALEGAÇÃO REJEITADA. "Se os documentos apresentados pelo particular ou as informações neles contidas envolverem pontos obscuros - apurados de ofício pela Comissão ou por provocação de interessados -, **a realização de diligências será obrigatória.** Ou seja, **não é possível decidir a questão (seja para desclassificar o licitante, seja para reputar superada a questão) mediante uma escolha de mera vontade.** Portanto, **a realização da diligência será obrigatória se houver dúvidas relevantes'** (Marçal Justen Filho in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 15ª ed., São Paulo: Dialética, 2012, p. 692). (destaque não constante d original)." (TJSC, Mandado de Segurança n. 2015.040433-8, da Capital, rel. Cesar Abreu, Grupo de Câmaras de Direito Público, j. 09-12-2015). ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA EMITIDO EM FAVOR DE EMPRESA DIVERSA, PERTENCENTE AO MESMO GRUPO ECONÔMICO. IMPOSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 30 DA LEI Nº 8.666/1993. ANULAÇÃO DO ATO DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA DO CERTAME. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (TJSC, Apelação n. 5038401-25.2020.8.24.0038, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Carlos Adilson Silva, Segunda Câmara de Direito Público, j. 31-08-2021).

[grifos nosso]

Marçal Justen filho leciona com a mesma sapiência:

A realização da diligência não é uma simples “faculdade” da Administração, a ser exercitada segundo juízo de conveniência e oportunidade.

A relevância dos interesses envolvidos conduz à configuração da diligência como um poder-dever da autoridade julgadora. Se houver dúvida ou controvérsia sobre fatos relevantes para a decisão, reputando-se insuficiente a documentação apresentada, é dever da autoridade julgadora adotar as providências apropriadas para esclarecer os fatos. Se a dúvida for sanável por meio de diligência será obrigatória a sua realização." (Marçal Justen Filho, Comentários à Lei de Licitação e Contratos Administrativos, 16ª ed, Revista dos Tribunais, São Paulo, 2014, pág. 804.)

[grifos nosso]

Além disso, supostas inconsistências no preenchimento das planilhas são pontuadas para levantar eventual inexecutabilidade dos valores propostos. De acordo com o Governo Federal (IN 73/2022), são consideradas inexequíveis propostas com valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração. O mesmo entendimento foi consignado no ato convocatório (item 8.8).

Beira o absurdo, com o mais elevado respeito, que a proposta mais vantajosa para administração tenha sido excluída do certame mesmo atendendo os requisitos previstos no edital e na lei e sendo aproximadamente 16,12% menor que o valor orçado pela administração (e não 50% mais baixa – condição para eventual reconhecimento da sua inexecutabilidade).

É evidente que rubricas isoladas não tem o condão de descaracterizar a executabilidade da proposta apresentada por esta recorrente. Representaria um formalismo exacerbado sublinhar erros na formação dos custos, apenas por sublinhar, sem um objetivo maior que de fato pode representar algum prejuízo para a administração e seus administrados.

De forma alguma a cotação de rubricas isoladas colocaria a empresa recorrente na configuração disposta no inciso III do art. 59 da Lei n. 14.133/21. A inexecuibilidade de uma proposta precisa ser vastamente comprovada, o que nem de longe ocorreu no caso concreto, já que não foi dada a oportunidade desta recorrente corrigir as falhas apontadas pelo pregoeiro na nota técnica n. 5001693/2025.

Nestes termos, é de responsabilidade do particular garantir a execução do objeto contratado em sede de licitação com os preços ofertados (Acórdãos TCU 963/2004, 2104/2004, 1791/2006, 1179 – todos do Plenário). As planilhas de custos e formação de preços têm caráter meramente instrumental, sendo que a responsabilidade da cotação é da licitante e só homenageia o princípio da economicidade.

Mais uma vez o Tribunal de Contas da União é assente neste sentido:

Erro no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado (Acórdão 1.811/2014 – Plenário).

A existência de erros materiais ou omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, devendo a Administração contratantes realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que não seja alterado o valor global proposto (Acórdão 2.546/2015 – Plenário).

[grifos nosso]

A Corte de Contas do Estado do Paraná também não destoa (ACÓRDÃO Nº 3724/18 - Tribunal Pleno):

Representação da Lei 8.666/93. **Desclassificação de empresa cuja proposta não demonstra ofensa a ditames legais. Procedência, invalidação de atos e determinação de nova avaliação das propostas, possibilitando-se o ajustamento de planilhas quando observado erro em preenchimento de itens específicos, desde que mantido o respectivo valor global.**

[grifos nosso]

Os Tribunais do Sul do Brasil também militam pela impossibilidade de desclassificação de empresas por eventuais erros nas planilhas de custos e formação de preços:

APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. **INCONSISTÊNCIA EM PLANILHA DE PREÇOS** E INAPTIDÃO TÉCNICA DA EMPRESA VENCEDORA DO CERTAME À EXECUÇÃO DO OBJETO. SUPOSTO JOGO DE PLANILHAS. **ERROS MATERIAIS QUE NÃO IMPLICAM NA INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA. ERROS SANÁVEIS. INEXISTÊNCIA DE CAUSA HÁBIL À DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA. DESCLASSIFICAÇÃO QUE REPRESENTARIA FORMALISMO EXACERBADO AO CERTAME, IMPLICANDO EM VIOLAÇÃO À PROPORCIONALIDADE, COMPETITIVIDADE DO CERTAME E AO PRINCÍPIO DA ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.** JOGO DE PLANILHAS. MÁ-FÉ QUE NÃO SE PRESUME, MAS SE COMPROVA. VIA ESTREITA DO MANDADO DE SEGURANÇA. DEMONSTRAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA PELA EXPERIÊNCIA EM GESTÃO DE MÃO DE OBRA. PARTE CENTRAL DO OBJETO DO CONTRATO. EMPRESA QUE JÁ VEM EXECUTANDO O OBJETO DO CONTRATO. DEMONSTRAÇÃO DE CONHECIMENTO TÉCNICO, EXPERIÊNCIA E APARATO OPERACIONAL NECESSÁRIOS PARA O CUMPRIMENTO DO CONTRATO. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E NÃO PROVIDA. (TJPR - 5ª Câmara Cível - 0001220-57.2022.8.16.0158 - São Mateus do Sul - Rel.: SUBSTITUTO MARCELO WALLBACH SILVA - J. 20.06.2023)

MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA Nº 0078/2017/SSP/DETRAN. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA

ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS PARA O DETRAN. PRELIMINAR DE PERDA DE OBJETO. DESCABIMENTO. POSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DE LICITAÇÃO, MESMO QUE TENHA HAVIDO O TRANSCURSO DE FASES DE JULGAMENTO, HOMOLOGAÇÃO E ATÉ DE ADJUDICAÇÃO. PRECEDENTE DO STJ E DESTA CORTE. MÉRITO. **DESCCLASSIFICAÇÃO DE EMPRESA POR SUPOSTO DESCUMPRIMENTO DO EDITAL. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE DISCRIMINAÇÃO DE CUSTOS SOBRE O MONTANTE B. DESCABIMENTO. PLANILHAS QUE SUFICIENTEMENTE DEMONSTRAM OS CUSTOS. POSSIBILIDADE, ADEMAIS, DA COMISSÃO PROMOVER DILIGÊNCIAS DESTINADAS A ESCLARECER, CONFORME NORMA EDITALÍCIA E INSTRUÇÃO NORMATIVA 02/2008 DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. FORMALISMO EXACERBADO DA FAZENDA PÚBLICA. CONCESSÃO DA ORDEM.** AGRAVOS PREJUDICADOS. DECISÃO: por unanimidade, conceder a ordem em definitivo, restando prejudicados os agravos internos. Custas legais. (Mandado de Segurança nº 4031166- 12.2018.8.24.0000, TJSC, Relator(a): Exmo. Sr. Desembargador Pedro Manoel Abreu).

[grifos nosso]

Não se pode olvidar, ainda, que caso a correção das planilhas resultasse em lucro negativo, não haveria qualquer ilegalidade nisso, tendo em vista que é plenamente possível a apresentação de lucro zero ou negativo em planilhas de custos de empresas prestadoras de serviços de mão de obra, conforme se depreende da jurisprudência dos Tribunais:

INÉPCIA DA INICIAL POR AUSÊNCIA DE ESPECIFICAÇÃO DOS RESPECTIVOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS. TESE REJEITADA. ARGUMENTOS DE FATO E DE DIREITO DA EXORDIAL DEDUZIDOS DE FORMA SUFICIENTEMENTE CLARA. MERITUM CAUSAE. REMÉDIO HEROICO MANEJADO CONTRA A DECISÃO DE HOMOLOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA N. 76/2013, PROMOVIDA PELA SSP/SC. IMPUGNAÇÃO À CONCESSÃO DE OPORTUNIDADE À LICITANTE MELHOR CLASSIFICADA PARA RETIFICAR PLANILHA DE PREÇOS. HIPÓTESE EM QUE O PREÇO

GLOBAL RESTOU INALTERADO A DESPEITO DOS CERCA DE CINCO ANOS ENTRE A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E A CORREÇÃO. ILEGALIDADE INOCORRENTE. PRECEDENTE DESTA CORTE EM HIPÓTESE ANÁLOGA. "Erro na planilha de custos e formação de preços constitui mera irregularidade e, superada posteriormente, sem alteração do preço global, não impede a habilitação, mormente quando o art. 43, § 3º, da Lei n. 8.666/93, prevê a possibilidade de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento [...]" (TJRS - AC n. 70067393330, Rel. Des. Carlos Eduardo Zietlow Duro)" (TJSC, Mandado de Segurança n. 4000034-97.2019.8.24.0000, da Capital, rel. Des. Jaime Ramos, Terceira Câmara de Direito Público, j. 30-4-2019). **POSSIBILIDADE ADEMAIS DE INCLUSÃO DE ITENS COM VALOR ZERO OU NEGATIVO NOS MOLDES DE JULGADO DO TCU.** INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA NEM SEQUER ALEGADA. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ POR PARTE DA IMPETRANTE. INOCORRÊNCIA. EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO DE POSTULAR EM JUÍZO. ORDEM DENEGADA. AGRAVO INTERNO PREJUDICADO. (TJSC, Mandado de Segurança Cível n. 5001764-29.2019.8.24.0000, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Jorge Luiz de Borba, Primeira Câmara de Direito Público, j. 05-10-2021).

[grifos nosso]

Extrai-se da íntegra do voto relacionado à ementa transcrita acima, que o contrato debatido diz respeito à execução de serviços de recepção em postos de trabalho da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Santa Catarina. Dito de outra forma, **a possibilidade de apresentação de orçamento contemplando itens com valores zero ou mesmo negativos se estende aos contratos de prestação de serviços de mão de obra** cujo julgamento da licitação ocorre pelo menor preço GLOBAL.

O Exmo. Dr. José Francisco Porto, advogado integrante da Gerência Jurídica da SCPAR Porto de Imbituba, também já deliberou sobre a matéria no parecer jurídico n. 372/2023 e asseverou que qualquer disciplina regulatória acerca de margens de lucro nas contratações seria constitucionalmente insustentável:

A exequibilidade da proposta é fator de autoavaliação da Licitante, a qual avalia os elementos de custos para efeitos de cálculos MOBILIZAÇÃO, DESMOBILIZAÇÃO, AUMENTO DE QUANTITATIVO NA ECONOMIA DE ESCALA, BASE OPERACIONAL, bem como AJUSTES NO LUCRO. Importante ressaltar que as comprovações elencadas pela licitante vencedora sobre a exequibilidade da proposta são apenas explanações que derivam do princípio da livre empresa. Ou seja, **qualquer disciplina regulatória acerca de margens de lucro nas contratações seria constitucionalmente insustentável.** Um dos princípios fundamentais do capitalismo, consagrado constitucionalmente entre nós, é a liberdade empresarial. **O princípio da livre empresa significa que um particular dispõe da autonomia não apenas no tocante à organização dos fatores da produção, mas também na fixação dos seus preços.** O regime de mercado significa que a lei da oferta e da procura é o instrumento primordial para a determinação dos preços, os quais variam segundo as circunstâncias econômicas.² A intervenção estatal sobre o domínio econômico visa a reprimir o abuso do poder econômico e ordenar a política econômica nacional. Daí a adoção de determinados instrumentos, tais como a vedação a reajustes em prazo inferior a doze meses. **Mas permanece assegurada a autonomia do empresário para adotar margens de lucro maiores ou menores.**

[grifos nosso]

Além do mais, basta uma breve análise nos documentos contábeis desta empresa recorrente para verificar a capacidade financeira de honrar o contrato que se originará do presente pregão.

De igual forma, não se pode olvidar que a empresa recorrente opera uma infinidade de contratos, sendo que muitos deles possuem uma excelente margem de lucro passível de ser partilhada com outros contratos da empresa.

Trata-se, douda administração, de gestão da atividade comercial com ponderação das melhores estratégias para apresentar preços competitivos e atender o maior número de órgãos públicos possível.

Logo, é inequívoco que esta recorrente terá sustentabilidade para arcar com todas as despesas do contrato, ainda que seja necessário zerar ou negativar seu lucro.

Por conseguinte, o art. 20 da Lei de Introdução às normas de Direito Brasileiro estabelece que não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos **sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão**. Prevê, ainda, no parágrafo único, que a motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta.

Dito de outra forma, a administração deve levar em consideração o resultado dos seus atos, com a observância da medida necessária para alcançar o objetivo que mais se adeque ao interesse público.

Há de se levar em conta, portanto, as consequências práticas do ato de desclassificação desta recorrente que efetivamente cumpriu os requisitos do edital e apresentou a proposta mais vantajosa para administração!!

Não menos importante é destacar que o próprio edital consigna que “Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto” (item 6.2).

E, ainda, “O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções

coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas" (item 9.8).

Depreende-se dos excertos transcritos acima que, independentemente do valor inserido na planilha, a empresa contratada se compromete a arcar com os valores dos empregados correspondentes ao seus direitos trabalhistas.

Nem poderia ser diferente, frente a obrigatoriedade de comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato (art. 50 da Lei n. 14.133/21).

Por todo exposto, e com o mais elevado respeito, jamais poderia a administração desclassificar essa recorrente sob o argumento de que o "erro" da planilha "pode configurar risco de inexecutabilidade" sem oferecer a efetiva oportunidade a esta recorrente de demonstrar a exequibilidade de seus preços.

A reconsideração da decisão com fulcro na súmula 473 do Supremo Tribunal Federal é medida que se impõe.

3. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, REQUER seja conhecido o presente recurso para julgá-lo totalmente procedente com a consequente classificação **da empresa recorrente, com posterior adjudicação do objeto e homologação do certame em seu favor.**

Não sendo este o entendimento de V. Sa., o que evidentemente não se espera, REQUER sejam os autos remetidos à autoridade superior competente, para que, após análise dos mesmos, defira o presente pedido.

Nestes termos, pede deferimento.

Joinville/SC, 30 de outubro de 2025.

Ana Rafaela Soares de Borba
OAB/SC 35.112